



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002199-37.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Assistência à Saúde**  
Requerente: **Rogério Vaz Pinha**  
Requerido: **CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CBPM**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Na forma do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, dispensado o relatório, passo a decidir.

Trata-se de ação ordinária pelo que pretende o autor **Rogério Vaz Pinha** desonerar-se dos descontos em folha de pagamento correspondente à contribuição destinada ao requerido **Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual**.

Concedida liminar, interveio o instituto requerido, postulando pela improcedência.

A propósito da controvérsia, na linha do que já decidi, é entendimento recente de que não pode ser exigido de qualquer funcionário, ativo, inativo ou pensionista, o desconto da contribuição para assistência médica em favor do IAMSPE, a partir da vigência da EC nº 41/2003.

Mas, em contraposição e em face da natureza sinalagmática, a partir do momento em que deixar de ser exigida a contribuição, não mais



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

estará a autarquia obrigada a prestar a assistência médica.

Outrossim, impendem dúvidas quanto a legalidade da cobrança compulsória, mediante desconto em folha de pagamento, pelo que o artigo 20, inciso I, do Decreto-Lei nº 257/70, restabelecido pelo artigo 2º, da Lei nº 2.815/81, não foi recepcionado pela Constituição Federal, daí a consequente inconstitucionalidade, que aqui deve ser reconhecida de modo difuso. Neste sentido seguem os excertos jurisprudenciais:

*"Contribuição previdenciária. Assistência médica. 1. Após a EC nº 41/03 contribuição para assistência médica exigida dos servidores públicos em favor de autarquias ou fundo não mais poderá ter vida autônoma diante do princípio da unicidade da contribuição previdenciária. 2. A partir da vigência da EC nº 41/03 não mais é devida a contribuição para assistência médica e hospitalar, ficando a autarquia desonerada de prestar tal serviço. Agravo provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 990.10.250194 – Voto nº 21.539);*

*“CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA Tutela antecipada - Pretensão de suspensão dos descontos efetuados sobre os vencimentos dos autores para custeio do sistema de saúde dos servidores públicos estaduais (IAMSPE) Contribuição que deve ser facultativa e não obrigatória - Caráter compulsório que atenta contra a liberdade de associação, prevista constitucionalmente. Recurso provido.” (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.642.5/9-00 - VOTO Nº 4.128).*

Entretanto, não é caso de devolução dos valores descontados, uma vez que durante o período permaneceu o servidor gozando dos benefícios decorrentes da prestação estatal e, no caso de não ter utilizado, ao menos se encontravam a disposição do autor. Neste sentido segue o excerto jurisprudencial:

*APELAÇÃO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - Desconto compulsório de contribuição médica ao IAMSPE. Inadmissibilidade. Sentença parcialmente procedente dispensando o pagamento da contribuição, sem deferir a restituição dos valores já pagos. Manutenção. RECURSOS DENEGADOS (TJSP 3.ªCâm. Direito Público Apel 0047442-85.2009.8.26.0053 Rel. Des. Amorim Cantuária j. 27 de abril de 2011).*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Desta forma, pese embora todo sustentado pelo instituto requerido, como questão prejudicial, reconhece-se a inconstitucionalidade do artigo 20, inciso I, do Decreto-Lei nº 257/70, restabelecido pelo artigo 2º, da Lei nº 2.815/81, para julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido constante da presente ação proposta, desobrigando o autor no pagamento da contribuição obrigatória do IAMSPE, a título de assistência médica, bem como determinando que cessem os descontos mensais de 2% (dois por cento) em folha de pagamento de seus vencimentos, convolvando em definitiva a liminar concedida a fls. 23/24. Entretanto, rejeita-se a repetição pretendida.

Custas e despesas processuais na forma da Lei nº 9.099/95.

Não presentes as hipóteses legais, afasta-se a litigância de má-fé. Dispensa-se a remessa necessária. Oportunamente, arquivem-se.

P.I.C.

Araraquara, 25 de julho de 2018.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---